

O golpe da democracia

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Artigo de Luiz Carlos Azedo publicado no **Correio Braziliense** no último domingo, 17/3, nos provoca a refletir sobre a farsa de certos gestos políticos que tentam repetir fatos históricos. A tentativa de golpe no fim do governo Bolsonaro é um exemplo claro dessa interpretação como farsa: ficará como ópera bufa, mas por muito pouco ela não teve sucesso, e o simples fato de ter sido tentada, demonstra a fragilidade da democracia. Porque, depois de 40 anos, o regime democrático ainda não tomou as medidas necessárias para vacinar as Forças Armadas contra o vírus golpista que a contamina desde o início da República.

Durante todo o período de 2019 a 2022, estivemos sob ameaça de golpe. Em nenhum momento as FFAA deixaram de se imiscuir na política, assumindo cargos civis no governo, dando respaldo ou se omitindo diante de manifestas intenções golpistas. Prestou-se a diversas ações que o presidente tomou visando levantar suspeitas sobre a legitimidade das urnas, como forma de não reconhecer o resultado que não lhe fosse favorável. O golpe dificilmente teria sido barrado, se no lugar de capitão desastrado e incompetente, o presidente fosse um general brilhante intelectualmente, com liderança e articulado politicamente que tivesse dado ordem a um coronel para prender o general que o ameaçou. Provavelmente não duraria 21 anos, talvez apenas alguns dias até mostrar sua cara de farsa, mas o desastre já teria ocorrido. Se ao redor do capitão estivessem "golberys" e "geisels", se o presidente dos EUA ainda fosse Trump e o STF tivesse sido omissão, o resultado teria sido outro. O que nos salvou foram as pessoas físicas de alguns generais legalistas, não a estrutura da instituição, que continua a mesma, apesar dos 40 anos de democracia.

O único gesto de enfrentamento da questão militar foi a criação do Ministério da Defesa, pelo presidente Fernando Henrique. Mas se adotou um nome, sem se adotar um espírito novo. O ministro é civil, mas a tropa continua sem respeitar os civis, até por nossos erros, privilégios, falta de espírito público, mordomias, corrupção. Os ministros da Defesa não comandam as Forças Armadas em nome do presidente, apenas representam as três Forças junto ao governo. Nenhum dos presidentes da democracia pareceu liderar as FFAA, apenas conviver com elas como se fossem uma instituição separada da estrutura republicana. Fora a denominação do ministério, nenhuma vacina democrática foi adotada para mudar o espírito das FFAA. A última vacina democratizante foi aplicada durante o regime militar, quando o presidente general Castelo Branco determinou o limite de tempo para cada comandante ficar na ativa.

Se não enfrentarmos a questão militar que

pesa há décadas sobre a República, um dia, vão dizer que a farsa foi a democracia, não a tentativa de golpe. Os sete presidentes civis e militares de parlamentares passaram a ideia de temer a farda. Não se puniu os crimes durante a ditadura, não se modificou a formação dos soldados. A democracia que teme os uniformizados é fraca e sujeita às tentações de golpe. Agora, a operação de punição vem dos tribunais, não do Executivo ou do Legislativo.

Pena que não seja apenas a questão militar. Apesar de seus avanços, a democracia brasileira não enfrenta estruturalmente a questão social: a pobreza e a desigualdade, o caos urbano, a concentração de renda, a violência, nem a última trincheira da escravidão, que é a desigualdade no acesso à educação; nem a questão econômica: baixa produtividade, custo Brasil, falta de competitividade; nem a questão republicana:

abolição dos privilégios, distribuição de renda, estabilidade jurídica, fim da corrupção, reforma política.

O jornalista Azedo nos lembra que esse golpe foi uma farsa, mas nos faz pensar que a farsa pode ser muito maior, pode ser resultado de uma democracia que ainda falseia, não cumpre sua função na construção de um país sem risco de Forças Armadas golpistas, sem pobreza, sem desigualdade, onde, ao nascer, cada criança tenha garantido o acesso à educação com a máxima qualidade, que lhe ensine inclusive a ser comprometida com democracia verdadeira e sólida, sobretudo no caso de ela escolher a carreira militar.

O golpe na democracia decorre do golpe dado pela democracia ao não enfrentar as questões que a ameçam diariamente, subliminarmente, discretamente, estruturalmente, até levar a tentativas como essa última frustrada.



Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Quando a soberania é nacional

Nove anos antes da instalação de nossa República, lá nas longínquas terras da Irlanda, quiseram as circunstâncias locais que a união de produtores rurais, em torno de uma chamada Liga dos Camponeses, forçasse uma reviravolta total nos destinos dessas populações exploradas, de forma vil, pelos proprietários de terras.

Um desses donos de terras era o inglês Charles Cunningham Boycott (1832-1897). Eram tempos de severa crise econômica, de fome e de muita miséria, com os camponeses naturalmente impedidos de pagar os altos aluguéis. Com isso, os despejos se seguiam em grande número, forçando famílias inteiras a ir para as ruas em pleno e rigoroso inverno. A situação chegou a um ponto que levou esses e outros camponeses a se unirem para fazer frente aos desmandos de Boycott e de seus capatazes. Sensibilizados pela situação, os moradores locais e das cidadezinhas mais próximas na região levaram adiante um plano para isolar completamente o cruel e insensível proprietário de terras.

Por meio de uma sabotagem geral, todos os moradores locais passaram a ignorar solenemente Charles C. Boycott. Os comerciantes passaram a não vender nada para ele. O mesmo fizeram os bancos, as farmácias e outros estabelecimentos da região. Na cidade, ninguém mais falava com ele. Na igreja, todos sentavam distante dele. Passou a ser assim um fantasma vivo na localidade. Mesmo seus empregados diretos abandonaram-no à própria sorte.

Impedido de seguir uma vida normal naquela localidade, Charles C. Boycott voltou para Londres, deixando atrás de si a imagem de um homem amaldiçoado na Irlanda. Seu sobrenome entrou para a história como exemplo de sabotagem, ou mais precisamente, como expressão de uma ação coletiva, capaz de anular e derrotar as más ações de pessoas e grupos que agem contra a vontade soberana da população.

Talvez não seja por outro motivo que lições desse tipo tenham gerado, posteriormente, em diversas constituições pelo mundo, inclusive na nossa, o conceito de soberania popular, como vontade expressa da nação, acima de quaisquer outros dispositivos legais.

Só para recordar, logo em seu preâmbulo, no artigo 1º, é dito, de forma clara, que: "A soberania popular, é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante: I — plebiscito; II — referendo; III — iniciativa popular". Assim, a soberania pode ser definida como um autêntico poder político supremo, ligado tanto à cidadania como à dignidade humana, capaz de dar sentido à própria democracia ou ao que os constitucionalistas chamam de Estado Democrático de Direito.

É, como diz o norte da Carta, conferindo ao indivíduo um valor constitucional supremo, com cada cidadão tornando-se o ponto central de todo o sistema. A questão toda aqui é que a história ensina que, em casos em que a população não é atendida em seus pleitos fundamentais, a saída parece ser aquela que os camponeses fizeram com Charles, boicotando seus intentos e impondo a vontade da maioria.

»» A frase que foi pronunciada

Agravo vulgar à política é confundi-la com a astúcia.

Baltasar Gracián y Morales

Quem brincou, brincou.

» Soltar pipa no DF tem regras. Se for em local com postes de luz ou trânsito de motociclistas a multa mínima é de R\$ 500, e pode chegar a até R\$ 5 mil. É preciso que a área tenha no mínimo 500m², para que não haja prejuízo. A legislação saída do forno da CLDF restringe também o comércio de produtos para pipa.

Espelho meu

» Com queda acentuada em sua popularidade, por diversos fatores, o governo preferiu enxergar e atribuir essa descida aos abismos da aceitação aos preços dos alimentos. Para tanto e na contramão do que sugerem os ambientalistas, o governo está propondo ampliar as áreas de plantio e não descarta uma intervenção nesse setor.

Orgulho & preconceito

» Confissão dada pelo senador Jaques Wagner do momento em que se sente mais constrangido na vida. É quando vê a habilidade dos netos com os eletrônicos.

»» História de Brasília

"Alunos desejam que o governo aprove um horário pelo qual cumpram diariamente, as oito horas de serviço, mas possam dispor do horário matinal para a frequência às aulas."
(Publicado em 04.04.1962)

Os desafios do Brasil na corrida pelo hidrogênio verde

» LUÍS CLAUDIO VIGA
Presidente do conselho da ABIHV, Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde

O hidrogênio verde, combustível de carbono zero obtido por meio da eletrólise da água, tem se destacado como importante elemento para a diversificação da matriz energética em grandes discussões globais, como o Fórum Econômico Mundial e a COP, onde a neoindustrialização e a descarbonização têm sido abordadas.

Considerando a preocupação mundial com a crise climática e as alternativas existentes, muitos países têm decidido investir em uma nova indústria, mais limpa e com alto potencial de desenvolvimento.

O Brasil tem grande vantagem na largada da corrida pelo H2V, como o hidrogênio verde é conhecido, pois possui 90% de sua matriz energética renovável; uma das maiores do mundo. Isso é um grande diferencial e uma das razões pelas quais o Brasil já tem mais de 50 Memorandos de Entendimento assinados, sendo 35 deles no Nordeste, região com maior geração de energia limpa.

Apesar do claro interesse na região, engana-se quem pensa que os benefícios advindos do hidrogênio verde ficarão restritos ao Nordeste. Investimentos irão apoiar toda uma cadeia de valor, uma vez que o H2V pode e será utilizado em diversas outras indústrias, como fertilizante, aço, cimento e mineração, entre outras, por todo o país. Além disso, investimentos se traduzem em desenvolvimento, e incentivar essa nova indústria significa contribuir diretamente para a geração de empregos, arrecadação e "neoindustrialização".

A produção de hidrogênio verde é extremamente tecnológica e não seria exagero chamarmos uma planta de H2V de refinaria verde do futuro, já que ela transforma a água, o vento e outros elementos em combustível. Portanto, estamos diante de uma grande oportunidade de termos refinarias de combustíveis verdes no país. Além do alinhamento aos planos de governo,

trata-se de uma questão de soberania nacional: nos tornarmos independentes na produção de novos combustíveis limpos.

É com o objetivo de concretizar essas oportunidades e criar condições ao desenvolvimento de uma indústria de alto valor agregado e com demanda estabelecida que a Associação da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV) tem trabalhado junto ao poder público na busca por estrutura e incentivos. Acreditamos que o Brasil precisa aproveitar o momento e a sua posição favorável para modernizar seu parque industrial, sob o risco de ficar para trás na economia global, uma vez que o mundo já começa a criar barreiras para produtos produzidos com alta emissão de carbono.

Segundo estudos encomendados pela ABIHV, os números são bastante favoráveis: a expectativa é de que, até 2030, o setor tenha 8GW em construção, gerando 40 mil empregos. Nesse cenário, com incentivos estimados em R\$ 11 bilhões, valor suficiente para tornar o H2V competitivo e viabilizar os primeiros projetos, as empresas devem aportar R\$ 388 bi em investimentos, resultando em superavit para o Poder Público de R\$ 78 bilhões. Isto é, o valor arrecadado vai ser 700% maior que o destinado ao incentivo. Se considerarmos 2050, o superavit sobe para R\$ 790 bilhões, com o impacto positivo no PIB podendo chegar a R\$ 7 trilhões. Números que evidenciam que incentivos do governo são, na verdade, investimentos com retorno largamente superavitário. Ainda vale esclarecer que os incentivos para o hidrogênio verde serão atrelados à efetiva produção, garantindo a geração de empregos e arrecadação de impostos com a construção dessas imensas refinarias verdes. E os incentivos virão somente após a instalação das estruturas, zerando os riscos para a União e garantindo que não haverá gasto público nos próximos dois a três anos, período para a execução dos primeiros projetos.

Diante dos pontos aqui apresentados, parece óbvio qual caminho o Brasil deveria escolher. Isso porque enquanto diversos países têm investido em sua infraestrutura e criado subsídios, o Brasil dá alguns passos, mas ainda carece de propostas arrojadas e concretas de políticas de incentivo para que possamos tirar projetos do papel.

Os EUA, por exemplo, assinaram o Inflation Reduction Act (IRA), um pacote de gastos de mais de US\$ 350 bilhões em energia e clima, com incentivos de até US\$ 3 por quilo de hidrogênio produzido. Já a União Europeia conta com iniciativas de fomento à indústria, como o Fundo de Inovação do Hydrogen Bank, que disponibilizará 3 bilhões de euros, por meio de leilões, para o desenvolvimento do mercado.

A verdade é que, por mais que o Brasil seja um grande produtor de energia renovável, sem incentivos que acompanhem os investimentos privados, a indústria do H2V no país não será competitiva. Trata-se de uma tecnologia nova e, portanto, carece de investimentos para que tenha escala e, consequentemente, redução gradual da curva de aprendizagem e custos. E lembremos que essa não é uma particularidade do H2V. Para que indústrias consolidadas, como eólica, solar, álcool e até petróleo, pudessem se desenvolver e serem competitivas, foi necessário implementar programas de incentivo ao longo de décadas. A boa notícia é que em lugares com energia renovável de alta qualidade, como no Brasil, estudos internacionais projetam que o H2V chegará ao mesmo preço do hidrogênio de origem fóssil (cinza) já em 2030.

Com tantos países e empresas interessados no hidrogênio verde, fica cada vez mais urgente que o Brasil tome uma decisão célere sobre qual caminho deseja seguir e, mais do que isso, tome atitude. Novamente, a escolha parece óbvia. No entanto, se o Brasil continuar nesse ritmo, ficará sem opção muito em breve.